



**ACP** OBSERVATORY ON MIGRATION  
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS  
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

# Das evidências à acção - Facilitar a migração laboral Sul-Sul para o desenvolvimento: *Oportunidades e desafios da migração laboral Sul-Sul*

**Nota de  
informação**

**ACPOBS/2011/N1a**

**2011**



*Uma iniciativa do Secretariado ACP,  
financiada pela União Europeia,*

*implementada pela IOM e com o apoio financeiro da Suíça,  
da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA*



Schweizerische Eidgenossenschaft  
Confédération suisse  
Confederazione Svizzera  
Confederaziun svizra  
Swiss Confederation

**IOM Development Fund**  
Developing Capacities in  
Migration Management



## **Observatório ACP das Migrações**

O Observatório ACP das Migrações é uma iniciativa do Secretariado do Grupo dos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), financiada pela União Europeia, implementada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) num consórcio com 15 parceiros e com o apoio financeiro da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e da Suíça. Fundado em 2010, o Observatório ACP é uma instituição concebida para produzir dados relativos à migração Sul-Sul no Grupo dos Estados ACP para migrantes, para a sociedade civil e para os decisores políticos, bem como para aperfeiçoar as capacidades de investigação nos países ACP para a melhoria da situação dos migrantes e o fortalecimento da relação migração-desenvolvimento.

O Observatório foi fundado para facilitar a criação de uma rede de instituições de investigação e de especialistas na investigação da migração. As actividades estão a iniciar-se em 12 países piloto e serão progressivamente alargadas a outros países ACP interessados. Os 12 países piloto são: Angola, Camarões, Haiti, Quênia, Lesoto, Nigéria, Papua-Nova Guiné, a República Democrática do Congo, a República Unida da Tanzânia, Senegal, Timor-Leste, e Trindade e Tobago.

O Observatório deu início a actividades de investigação e de criação de capacidades relativamente à migração Sul-Sul e ao desenvolvimento. Através destas actividades, o Observatório ACP pretende abordar muitas questões que assumem uma importância cada vez maior para o Grupo ACP no âmbito da relação migração-desenvolvimento. É possível aceder e transferir gratuitamente documentos e outros dados de investigação, bem como manuais de desenvolvimento de capacidades através da página web do Observatório ([www.acpmigration-obs.org](http://www.acpmigration-obs.org)). Outras publicações e informações futuras sobre as actividades do Observatório serão publicadas on-line.

© 2011 Organização Internacional para as Migrações (OIM)

© 2011 Observatório ACP das Migrações

Documento elaborado por Susanne Melde, Encarregada de estudos, Observatório da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) das Migrações para a reunião temática do Fórum Mundial Migrações e Desenvolvimento na África Ocidental (outubro de 2011). Esta publicação foi produzida com a assistência financeira da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da inteira responsabilidade do Observatório ACP das Migrações e não pode em caso algum ser considerado como reflectindo a posição do Secretariado do Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), da União Europeia, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e dos outros membros do consórcio do Observatório ACP das Migrações, da Confederação Suíça, do UNFPA ou da República Federal da Nigéria.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser extraída, reproduzida, traduzida ou utilizada em qualquer formato ou em qualquer meio, eletrónico, mecânico, incluindo fotocópia e gravação ou qualquer outro meio, sem o prévio consentimento por escrito do editor.

ACPOBS/2011/Nla



**ACP** OBSERVATORY ON MIGRATION  
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS  
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

**Das evidências à acção -  
Facilitar a migração laboral  
Sul-Sul para o desenvolvimento:  
*Oportunidades e desafios  
da migração laboral Sul-Sul***



## 1. Introdução

A mobilidade humana é um fenómeno ancestral que se tornou numa questão importante no debate político e nas discussões sobre o tema do desenvolvimento. No entanto, **a atenção é desviada para os movimentos migratórios Sul-Norte, embora as bolsas migratórias Sul-Sul<sup>1</sup> sejam igualmente numerosas.** Para além disso, a migração intra-regional e os movimentos para outros países em desenvolvimento são particularmente importantes na África subsaariana (65%, em 2010) e na Ásia. **Em 2005 estimava-se que mais de 80 por cento da migração Sul-Sul ocorresse entre países vizinhos** (Ratha e Shaw, 2007). É provável que a mobilidade entre os países do Sul aumente ainda mais à medida que os países BRICS (Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul) continuam a ganhar importância na economia mundial (Wickramasekara, 2011). No entanto, a imigração nos países em desenvolvimento é um fenómeno que não tem atraído muita atenção.

**Os stocks de migrantes Sul-Sul são tão importantes como os stocks Sul-Norte. Cerca de 36 milhões de migrantes ter-se-ão transferido para outro país em desenvolvimento em 2010**

(OIT, 2010b)

**A migração internacional é fundamentalmente uma questão de mobilidade laboral<sup>2</sup> de pessoas que se deslocam em busca de melhores oportunidades.** De acordo com a OIT (2010b), cerca de metade dos migrantes internacionais encontram-se empregados. Quanto aos países em desenvolvimento, **cerca de 36 milhões de migrantes ter-se-ão transferido para outro país em desenvolvimento em 2010.** É importante prestar atenção às necessidades deste grupo específico de migrantes para aferir a sua contribuição para o desenvolvimento humano.

Prosseguindo, na segunda parte, com a apresentação dos dados e tendências mais importantes relativos à migração laboral regional no Sul, a terceira secção deste relatório destaca exemplos de contextos de mobilidade laboral regional

1 Nous utilisons ici la définition du PNUD, au sens de laquelle tous les pays sont des pays en développement, à l'exception de ceux qui enregistrent un indice de développement humain très élevé (voir à ce propos, <http://www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/South.pdf>).

2 O presente estudo não tem por objecto a migração forçada nem a mobilidade laboral interna, embora se tratem de fenómenos importantes no que respeita, em particular, aos países em desenvolvimento, apresentando a mobilidade laboral interna um grande potencial de redução da pobreza.

no Sul. A quarta secção define as oportunidades e os desafios associados à migração laboral regional entre os países em desenvolvimento.<sup>3</sup> O relatório conclui com uma secção dedicada a recomendações e aspectos políticos.

## 2. Tendências mais importantes da migração laboral intra e inter-regional no Sul

---

**Dois tipos fundamentais de migração laboral regional entre os países em desenvolvimento: sistemas de mobilidade intra-regional e migração de trabalhadores entre duas regiões ou continentes**

A mobilidade laboral regional tem sido desde há muito uma parte integrante da vida de muitos países em desenvolvimento. **Podem observar-se dois tipos fundamentais de migração laboral regional entre os países em desenvolvimento: em primeiro lugar, os sistemas de mobilidade intra-regional e, em segundo lugar, a migração de trabalhadores entre duas regiões ou continentes.** De um modo geral, verifica-se que é difícil encontrar dados concretos sobre migração laboral, em particular no caso dos países em desenvolvimento, ou que tais dados não foram ainda objecto de suficiente análise. Deve ter-se em conta que os padrões de migração são variáveis e não são estáticos (Skeldon, 2010).

A migração não documentada, a maior participação das mulheres enquanto trabalhadoras migrantes e os movimentos transfronteiriços de curto e médio prazo são muito frequentes generalizados. **A migração laboral Sul-Sul é também provocada pela degradação ambiental**, que obriga as pessoas a deslocarem-se em busca de terrenos férteis que possam garantir o seu sustento. A limitada disponibilidade de terras para sustento das estratégias tradicionais de alimentação pode conduzir à migração transfronteiriça.

As diferenças salariais entre os países do Sul e, consequentemente, as potenciais vantagens económicas inerentes à mobilidade laboral podem ser menores, mas mais de quatro em cada cinco migrantes instalaram-se noutro país em desenvolvimento com um índice de desenvolvimento humano superior (PNUD, 2009). Um aspecto importante a ter em conta é a natureza bastante informal dos mercados laborais nos países em desenvolvimento (cerca de

---

3 As relações entre a migração laboral e o desenvolvimento humano, incluindo os respectivos impactos, saem do âmbito do presente estudo. Consultem-se, a esse respeito, os estudos de fundamentação de reuniões de Fóruns Mundiais sobre Migração e Desenvolvimento anteriores em: <http://www.gfmd.org/en/documents-library.html>.

70 a 80% em África, por exemplo), o que implica consequências na forma como a mobilidade laboral ocorre e nos direitos e condições de trabalho dos migrantes. A crise económica e financeira afectou alguns países de destino e, consequentemente, muitos trabalhadores estrangeiros perderam o emprego (Ratha et al., 2009). O impacto nos migrantes laborais depende do tipo de sector, do respectivo género e do país onde trabalham.

**A África subsariana surge na primeira posição em termos de migração intra-regional.**

Os países do Magrebe são muitas vezes considerados apenas países de trânsito de emigrantes vindos da África subsaariana com destino à Europa, mas muitos países do Magrebe tornaram-se igualmente países de destino (Touzenis et al., 2009). Na América Latina e Caraíbas (ALC), a migração intra-regional está a ganhar importância e é cada vez mais feminizada (OEA, 2011). Verifica-se igualmente uma migração inter-regional de origem e destino em países da América Latina e Caraíbas a partir noutros países do Sul.

**A África subsariana surge na primeira posição em termos de migração intra-regional**

**A maior parte da mobilidade laboral Sul-Sul refere-se a trabalhadores com poucas qualificações**

Os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) são um destino importante de trabalhadores estrangeiros temporários contratados oriundos do Sul e Sudeste Asiático, bem como do Médio Oriente. As mulheres tendem, predominantemente, a trabalhar como empregadas domésticas nos países do CCG. Porém, representam apenas uma minoria de todos os migrantes internacionais no Médio Oriente (38%, em 2010, PNUD, 2010). Os trabalhadores migrantes dos países da Ásia Central deslocam-se principalmente para a Federação Russa em busca de trabalho. 43 por cento dos migrantes asiáticos permaneceram nesta região em 2000, tendo 3 por cento viajado para a Oceânia e 1 por cento para África (RDC, 2007). Também se verifica migração inter-regional entre a China, Índia e África (Skeldon, 2011).

Em termos de níveis de qualificações, **a maior parte da mobilidade laboral Sul-Sul refere-se a trabalhadores com poucas qualificações e mercados de trabalho informais.** No entanto, é de notar que existem pólos de imigração importantes no Sul, nomeadamente na Costa do Marfim, África do Sul, Gana, Nigéria, Burquina Faso, Quénia, Sudão e Tanzânia, na África subsaariana (Banco Mundial, 2010). Também se verifica a deslocação de um grande número de migrantes qualificados, muitas vezes denominado “fuga de cérebros”, em direcção a países do Sul (17,5% em 2005), tais como os países do CCG (9,6

milhões em 2000), Malásia, Taiwan (República da China) e África do Sul (1,3 milhões de imigrantes altamente qualificados em 2000)<sup>4</sup> (Docquier e Marfouk, 2005; Clemens, 2006). A circulação de qualificações no Sul constitui, por conseguinte, uma nova questão que urge abordar. Os jovens migrantes, em particular, muitos deles qualificados (Assal, 2010; OIM, 2010), devem ser o centro dos esquemas de mobilidade laboral regional no Sul.

### 3. Contextos de mobilidade laboral regional no Sul

---

Paralelamente aos acordos bilaterais, **a integração a nível regional, com ligações à migração e ao desenvolvimento, é levada a cabo em diversos grupos regionais em todo o mundo.**<sup>5</sup> No entanto, a livre circulação de pessoas não passa, muitas vezes, de um mero objectivo. No processo de execução, está a ser secundarizada a livre circulação de bens e o comércio livre, carecendo, muitas vezes, as disposições relativas à migração laboral de acordos em matéria de mobilidade. Este potencial de aprofundamento da integração regional, da promoção de transferências tecnológicas e, consequentemente, do aumento da competitividade comercial representa uma boa oportunidade ao eliminar obstáculos à circulação, em particular no que respeita aos trabalhadores migrantes. Alguns organismos regionais adoptaram um conjunto de instrumentos específicos com vista à facilitação da mobilidade laboral, nomeadamente a Comunidade Andina (CAN), a Comunidade de Estados Independentes (CEI) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), mas existem outras disposições relativas à livre circulação que ainda não foram postas em prática.<sup>6</sup>

---

4 Incluindo 1557 médicos e mais de 400 enfermeiras de outros países SADC em 2000 e mais de 400 médicos cubanos entre 1996 e 2009.

5 Entre os exemplos, incluem-se o Protocolo de 1979 relativo à Livre Circulação de Pessoas, Residência e Permanência da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o Anexo II do Protocolo de Mercado Comum da Comunidade da África Oriental (CAO), que entrou em vigor em 2010, Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), o Protocolo relativo à Livre Circulação de Pessoas, Trabalho e Serviços, a Comunidade dos Estados do Sael e do Saara (CEN-SAD), a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), o Projecto de Protocolo relativo à Facilitação da Circulação de Pessoas (2005) da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Comunidade Andina, o Mercado Comum Centro-Americano, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o Mercado e Economia Comuns (MEC) da Comunidade das Caraíbas (CARICOM), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) ou a Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAACR).

6 Debatem-se, em seguida, alguns exemplos de boas práticas. Uma análise exaustiva de todos os grupos regionais sai do âmbito do presente estudo.



A **Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)** tem feito grandes progressos em termos de integração regional e de liberdade de circulação de pessoas, bem como a nível do direito de residência e permanência, estabelecidos num protocolo. A Comissão CEDEAO adoptou a sua Abordagem Comum à Migração, em 2008, que estabelece disposições que visam a promoção da harmonização de políticas, a protecção dos trabalhadores migrantes, favorecendo a migração regular e políticas sensíveis à questão do género, entre outras. Entre os obstáculos à execução efectiva do Protocolo relativo à livre circulação contam-se a necessidade de harmonizar a legislação em matéria de imigração, o conhecimento insuficiente do conteúdo das respectivas declarações e protocolos por parte das administrações públicas, agentes alfandegários e público em geral, a inexistência de estruturas e recursos apropriados à aplicação das disposições e a urgência de redefinir as necessidades laborais a nível regional, uma vez que muitos movimentos tendem a ocorrer fora do âmbito legal e político (Touzenis et al., 2009).

Os Estados-Membros do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) adoptaram o Protocolo relativo à livre circulação de pessoas, serviços, trabalho e direito de permanência. No entanto, o Burundi é o único país do COMESA que o ratificou, sublinhando a necessidade de implementar o protocolo. Enquanto parte do trílogo com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade da África Oriental (CAO), prevê-se que um Processo de Consulta Regional (PCR) assegure a inclusão das questões da migração e da harmonização (COMESA, 2011 a; b).

A integração regional existe em diversas partes do mundo mas a livre circulação das pessoas não passa, muitas vezes, de ser um mero objectivo

O **projecto de Protocolo da SADC relativo à facilitação da circulação de pessoas** foi assinado por nove Estados-Membros, mas é necessário que, pelo menos, nove o assinem e ratifiquem para que entre em vigor. Com o aumento da migração intra-regional, o debate voltou a centrar-se no protocolo, nos últimos anos (Crush, 2011b).

Um dos quadros regionais mais importantes nos países ALC é o **Mercado e Economia Comuns (MEC) da Comunidade das Caraíbas (CARICOM)**, em que o Tratado Revisto de Chaguaramas estabelece os direitos à liberdade de circulação e permanência, o direito à prestação de serviços e, no caso de certas categorias de qualificações, o direito à procura de emprego na região. Entre 1997 e 2010, deslocaram-se cerca de 4000 pessoas graças à liberdade de

circulação no MEC, o que contraria os receios de circulação em massa. Foram ocupadas posições em sectores fundamentais, como a educação e os cuidados de saúde, por via da circulação intra-regional, com quatro em cada cinco migrantes a frequentarem o ensino superior. Os Estados do MEC concorrem com outros países no acesso a migrantes qualificados.<sup>7</sup> Simultaneamente, foram emitidas 75.000 licenças de trabalho a estrangeiros oriundos de países fora das Caraíbas, que preencheram lacunas existentes em matéria de qualificações (Mac Andrew, 2011). A maioria será provavelmente oriunda de outros países do Sul, destacando-se a necessidade de promover a circulação de qualificações entre os países dos Sul.

O **Mercado Comum nos países da América do Sul (MERCOSUL)**, juntamente com candidatos a membros, como a Venezuela, Colômbia e Bolívia, permite aos cidadãos nacionais do MERCOSUL obterem estatuto de residentes e uma licença de trabalho, exclusivamente com base na nacionalidade e sem necessidade de apresentar uma oferta de trabalho válida. Além disso, a Argentina, Brasil e Paraguai regularizaram os migrantes ilegais, sendo a maioria dos quais nacionais do MERCOSUL (Ayuso, 2010).

Nos países árabes, um estudo de 2010 (ALO et al.) concluiu que a mobilidade laboral contribuiu em grande medida para a integração regional em termos económicos e sociais. No entanto, **deve haver uma melhor relação entre a procura e a oferta nos países árabes de origem e destino através dos sistemas existentes dos mercados laborais, no sentido de promover o potencial de desenvolvimento humano**. O crescimento demográfico e as baixas taxas de emprego dos jovens exigem acções políticas em matéria de integração da mobilidade dos jovens nos planos de desenvolvimento nacionais e regionais. O reforço da mobilidade dos estudantes pode oferecer uma oportunidade para promover a integração regional e a circulação de conhecimento e tecnologia e reduzir a vulnerabilidade à migração ilegal (ALO et al., 2010).

**Outros quadros no Sul incluem Processos de Consulta Regional (PCR)**, tais como a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD-PCR), que abrange os países do Jibuti, Eritreia, Etiópia, Quénia, Somália, Sudão e Uganda, e que visa promover a livre circulação de bens, serviços e pessoas na sub-região. Embora, originalmente, não tenham sido criados para abordar o tema da migração laboral, muitos PCR abrangem aspectos relacionados




---

<sup>7</sup> Noutros casos, tais como no dos artesãos e no das trabalhadoras domésticas, o sistema de qualificações profissionais das Caraíbas está ainda em fase de implementação, o que impede os trabalhadores incluídos nestas categorias de circularem livremente no MEC.

com a mobilidade regional de trabalhadores.<sup>8</sup> Os tratados e declarações sobre os direitos humanos a nível mundial e regional também se aplicam aos trabalhadores migrantes.

#### 4. Oportunidades e desafios da migração laboral Sul-Sul

A mobilidade laboral representa um aspecto político importante que merece melhor atenção e mais medidas num contexto Sul-Sul. Apresentam-se, em seguida, **os desafios e oportunidades** deste tipo de movimento para fornecer uma panorâmica geral das questões em debate. Os potenciais desafios incluem os seguintes:

-  Os sistemas de migração laboral **centram-se, muitas vezes, na emigração de trabalhadores apenas para países desenvolvidos, o que implica desafios distintos**. A imigração no Sul tende a ser ignorada.
-  Contrariamente à percepção do público em geral, **as restrições impostas pelos países em desenvolvimento aos imigrantes são quase equivalentes às aplicadas pelos países desenvolvidos e favorecem igualmente os imigrantes altamente qualificados** (PNUD, 2009). Certos grupos, tais como as mulheres, podem ver a sua entrada recusada em determinados países.
-  O **alto grau de informalidade em muitos mercados laborais de países em desenvolvimento coloca desafios específicos**, em particular no que respeita à protecção dos direitos dos trabalhadores migrantes. A existência de fronteiras permeáveis pode colocar um problema de segurança, mas pode também aumentar a mobilidade ilegal de trabalhadores migrantes, aumentando, assim, a tendência de entrada em mercados de trabalho informais. O baixo nível de criação de emprego formal, aliado a choques

Os países em desenvolvimento também impõem restrições à livre circulação das pessoas e favorecem os imigrantes altamente qualificados

8 Podem apontar-se como exemplos a Conferência Sul-Americana de Migrações (CSAM), o Diálogo sobre as Migrações para o Sul de África (MIDSA) e para a África Ocidental (MIDWA ou seguimento de Dakar), as consultas inter-governamentais Ásia-Pacífico sobre os refugiados, pessoas deslocadas e migrantes (ACP), as consultas ministeriais sobre o emprego além-fronteiras e trabalho contratual para os países de origem na Ásia (Processo Colombo), as consultas ministeriais sobre o emprego além-fronteiras e o trabalho contratual para países de origem e destino na Ásia (Diálogo de Abu Dabi) e o Processo de Bali relativo à imigração ilegal, o tráfico de pessoas e criminalidade organizada relacionada na região Ásia-Pacífico.

externos, tais como crises alimentares, energéticas e financeiras, bem como tensões políticas, pode representar factores potenciadores de migração.

- 👤 Os sistemas sociais não se encontram, muitas vezes, suficientemente desenvolvidos e são de difícil acesso aos trabalhadores migrantes. No entanto, a própria migração pode oferecer protecção social.

A mobilidade laboral Sul-Sul envolve um conjunto de oportunidades importantes que devem ser tidas em conta:

- 👤 A migração intra-regional implica distâncias mais curtas e custos mais reduzidos. São necessários mais estudos para avaliar a forma como os trabalhadores migrantes se deslocam no Sul. Embora seja provável que existam menos trabalhadores pouco qualificados a migrar entre os países em desenvolvimento, os grandes números de migrantes e o potencial de redução da pobreza das remessas, apesar de tudo mais reduzidas, podem eventualmente originar menores diferenças salariais. As fronteiras permeáveis e a livre circulação, enquanto componentes da integração regional, podem fazer aumentar as remessas e os investimentos (informais) nos países de origem, bem como reduzir os custos sociais através da possibilidade de regressos mais frequentes.
- 👤 As diferenças culturais e, eventualmente, linguísticas, tendem a ser menores entre os países vizinhos, facilitando a integração e reduzindo potencialmente os efeitos psicossociais.
- 👤 Os mercados de trabalho regionais podem constituir um novo objecto de análise e cooperação, inter-relacionando a procura e a oferta, nomeadamente através do GATS, Modo 4 (Murrugarra et al., 2011) (vide capítulo 5.4).
- 👤 A redução dos custos da migração, tais como os elevados custos da documentação de viagem e das transferências de remessas, podem implicar vantagens importantes, em termos de redução da pobreza, de mais migrantes do que aqueles que dispõem dos recursos para migrar para países desenvolvidos.
- 👤 O reconhecimento de qualificações pode não ser tão importante para os migrantes menos qualificados e mais fácil de realizar nos países que dispõem de sistemas educativos semelhantes. A integração regional, tal como no CARICOM, pode proporcionar uma oportunidade para abordar esta questão.

## 5. Respostas programáticas e políticas: a importância de políticas de migração laboral coerentes e baseadas em evidências a nível nacional e regional

### 5.1 A fundamentação em evidências: a necessidade de dados e a avaliação das necessidades em matéria de mobilidade laboral

**Em virtude das fronteiras permeáveis e dos grandes movimentos informais, a mobilidade laboral entre os países em desenvolvimento é mais difícil de avaliar.** No entanto, estão disponíveis algumas fontes que podem ser utilizadas, incluindo estatísticas oficiais, tais como estudos da força de trabalho (EFT) e estudos específicos sobre a migração. Os EFT devem incluir módulos de migração laboral, tais como o criado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).<sup>9</sup> Os registos administrativos, os consulados e os Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos países de origem e destino, bem como os empregadores e as agências privadas de colocação de trabalhadores podem também fornecer informações (Observatório da ACP das Migrações, 2011; Martin, 2011).

**A abordagem deve incluir o reforço da qualidade de muitas informações e uma resposta à carência de recursos humanos e financeiros, bem como a capacidade institucional de utilizá-las, com vista a promover a fundamentação em evidências** (Shitundu, 2006). Entre as principais recomendações, incluem-se uma melhor utilização das fontes existentes, a criação de novas fontes discriminadas por sexo, idade e profissão, a criação de capacidades e o melhoramento da coordenação e cooperação inter-institucionais em matéria de estatísticas sobre migração laboral e de partilha de dados entre os países de uma mesma região (Schachter, 2009; Martin, 2011). No processo de criação de uma nova iniciativa em matéria de mobilidade laboral, devem ser tidas em conta em conta as políticas e os planos de desenvolvimento existentes. A OIT desenvolveu o [Modelo de Classificação Internacional de Profissões](#) para assegurar a comparabilidade entre os países (Martin, 2011), a qual, muitas vezes, não é suficientemente posta em prática. A disponibilização de dados nacionais de acordo com esta classificação pode aumentar a comparabilidade.<sup>10</sup>

Os perfis migratórios, inicialmente criados pela União Europeia e preparados pela OIM, pelo CIDPM e pelo Instituto Universitário Europeu para os países de

9 Consultar o "Labour Migration Module" (Módulo de Migração Laboral) para conhecer estudos de agregados familiares nacionais e força de trabalho: [http://www.ilo.org/dyn/migpractice/migmmain.showPractice?p\\_lang=en&p\\_practice\\_id=42](http://www.ilo.org/dyn/migpractice/migmmain.showPractice?p_lang=en&p_practice_id=42).

10 Podem apontar-se como exemplos o Répertoire Opérationnel Africain des Metiers et Emplois (ROAME, Directório Operacional Africano de Profissões e Emprego) nos países francófonos da África Ocidental e a base de dados Accueil-Emploi no Senegal, Mali, Benim e Camarões.

África, Mediterrâneo, América Latina e Caraíbas, dos Balcãs e do Mar Negro, são uma ferramenta útil e incluem informações sobre tendências e políticas em matéria de migração laboral. A Organização dos Estados Americanos (2011) divulgou recentemente um primeiro relatório do Sistema Contínuo de Registo sobre a Migração Internacional nas Américas (SICREMI, em Espanhol) com a OCDE. O referido relatório contém informações sobre a migração laboral e pode constituir um modelo a seguir por outros continentes. Para avaliar as boas práticas e os potenciais obstáculos à migração laboral no âmbito do Protocolo da CEDEAO relativo à livre circulação, o Observatório da ACP das Migrações conduzirá um estudo regional no final de 2011. Os resultados de tal estudo poderão constituir lições a ter em conta por outros grupos regionais, no sentido de melhorarem a mobilidade laboral entre si.

## 5.2 Reforçar o acesso legal aos mercados de trabalho

Para associar eficazmente a procura à oferta, **os mercados de trabalho devem ser avaliados a nível nacional, municipal e local previamente à elaboração de uma estratégia de mobilidade laboral**. As ofertas de trabalho podem fornecer uma indicação sobre as necessidades existentes, podendo as necessidades de formação orientar o planeamento e desenvolvimento necessários de uma estratégia de recursos humanos. A correspondência entre as necessidades laborais e a oferta pode criar uma situação mutuamente vantajosa para os migrantes e para os países em questão. Com base na oferta identificada, as qualificações poderão ser promovidas numa estratégia geral de recursos humanos. A atenção deve recair, em particular, nos trabalhadores menos qualificados e nos mais pobres, com vista a maximizar o potencial de redução da pobreza da mobilidade laboral Sul-Sul, ainda largamente menosprezado (Murrugarra et al., 2011). Os observatórios dos mercados de trabalho, tais como o [Observatório Laboral Regional para a América Central e a República Dominicana](#) e o [Mapa Interactivo de Programas de Trabalho Temporário para Trabalhadores Migrantes](#) (MINPAT, em Espanhol), lançados pela Organização dos Estados Americanos, são boas práticas que podem ser reproduzidas noutros países. A divulgação de informações sobre ofertas de trabalho internacionais é fundamental para qualquer estratégia de migração laboral.

Para além da identificação das necessidades e da procura, **podem ser criados programas e abordagens bilaterais, multilaterais e regionais para possibilitar a mobilidade laboral legal**. As principais partes interessadas, para além das administrações públicas locais e nacionais nos países de origem e destino, devem ser consultadas e envolvidas de uma forma transparente. Tal inclui

representantes do sector privado, a sociedade civil e os próprios migrantes. A confiança mútua é uma condição importante para uma cooperação efectiva, o que se aplica igualmente à participação de outros agentes internacionais (OIM, OIT e OSCE, 2008). Devem ser claramente definidos os objectivos, interesses e procedimentos no quadro regulador regional ou bilateral, devendo as intervenções ser coerentes ao longo do ciclo de migração, com vista à formulação de expectativas realistas (Holzmann e Pouget, 2010).

É necessária uma maior coerência para evitar a duplicação de esforços e garantir a sustentabilidade das iniciativas de distintos patrocinadores e organizações internacionais. Para aumentar as sinergias, **pode ser criada uma entidade inter-institucional nacional ou regional no domínio da mobilidade laboral, competente quanto à coordenação de projectos multilaterais e bilaterais e à aprovação de planos de desenvolvimento nacionais e regionais** (Martin, 2011).

### 5.3 Reduzir os custos da migração e promover as remessas

**Embora a migração Sul-Sul implique cada vez menos custos devido às distâncias mais curtas, existem outros obstáculos à mobilidade dos mais pobres, em particular, que devem ser eliminados.** A distância geográfica e os locais remotos podem aumentar os custos inerentes à migração. O acesso a empréstimos com taxas de juro adequadas aos mais pobres pode constituir uma possibilidade para assegurar que mesmo as pessoas tipicamente sem acesso a garantias bancárias e que residem longe dos centros económicos possam participar da mobilidade laboral.

Os custos elevados associados à obtenção de documentação de viagem podem constituir outro obstáculo à mobilidade de grandes sectores das sociedades. Um passaporte pode custar mais de 300 dólares norte-americanos e, em alguns países, esses custos podem representar entre 10 a 60 por cento do Produto Interno Bruto per capita, o que constitui uma barreira à migração. Outras limitações relativas aos procedimentos, tais como longos tempos de espera e o facto de a emissão de passaportes ser da exclusiva responsabilidade de entidades centralizadas nos países de origem, bem como procedimentos longos e onerosos de concessão de vistos nos países de destino, podem limitar a possibilidade de emprego no estrangeiro. Para além disso, os processos podem ser vulneráveis a tentativas de corrupção para a aceleração de procedimentos lentos, contribuindo ainda mais para aumentar os custos da migração (Murrugarra et al., 2011).

Em alguns casos, determinados grupos da sociedade são impedidos de se deslocar livre e legalmente para o estrangeiro, tais como as mulheres. Estas limitações afectam de forma desproporcional os sectores mais pobres da sociedade, pelo que a sua eliminação pode implicar melhorias consideráveis nas suas oportunidades (Murrugarra et al., 2011).

**Devido ao seu carácter informal, as remessas Sul-Sul são pouco conhecidas. É preciso melhorar o estudo destas remessas e promover a utilização de canais oficiais.**

Dado que a mobilidade intra e inter-regional no Sul é tão importante como os movimentos Sul-Norte, mas difere em termos dos níveis de qualificações e do tipo de mobilidade, **as remessas são provavelmente em número superior ao oficialmente registado.** Devido à permeabilidade das fronteiras, à migração transfronteiriça, aos grandes mercados de trabalho informais e aos elevados custos de transferência inerentes à utilização dos canais oficiais de transferência, estes migrantes tendem a recorrer a meios bastantes informais de envio de dinheiro e transferências em géneros.

**Existem práticas inovadoras, nomeadamente através de transferências e poupanças por telemóvel, tal como a utilizada no Quénia, que permitem as transferências electrónicas, promovem a literacia financeira e o acesso a ferramentas financeiras para os migrantes e as suas famílias, desenvolvem ferramentas financeiras específicas adequadas às necessidades das mulheres e dos homens e fortalecem os laços da diáspora** (Melde e Schicklinski, 2011).<sup>11</sup>

A redução das taxas aplicadas às transferências de dinheiro pode beneficiar quer o migrante, que não tem de pagar taxas elevadas, quer o receptor, pelo que a(s) pessoa(s) pode(m) aceder a montantes superiores, com o respectivo potencial de redução da pobreza, desde que seja fornecido acesso ao conhecimento e a produtos bancários (McKensie e Gibson, 2011).

#### **5.4 Promover a protecção dos trabalhadores migrantes com vista ao desenvolvimento humano**

Os direitos humanos e a migração estão intimamente relacionados. **As violações graves dos direitos humanos e a inexistência da protecção dos direitos humanos são fortes potenciadores da migração.** Por outro lado, os

---

<sup>11</sup> Para obter mais informações, consulte a nota "[Remessas nos países ACP](#)", publicado pelo Observatório da ACP para as Migrações.



direitos humanos dos migrantes influenciam directamente a sua capacidade de realizarem o potencial de desenvolvimento humano da mobilidade dos migrantes, das sociedades de acolhimento e das famílias no país de origem (Wickramasekara, 2010).<sup>12</sup>

**As pessoas que se deslocam tendem a ficar mais vulneráveis em termos de infecção pelo VIH e outras doenças sexualmente transmissíveis**, bem como à violência, em particular as mulheres, à exploração laboral, imigração ilegal e/ou tráfico de pessoas e exclusão social, discriminação, racismo e xenofobia. Estes factores realçam a necessidade da implementação de medidas específicas para os trabalhadores migrantes em cada país, com uma abordagem baseada na questão de género, que lhes permita aceder a serviços sociais básicos, tais como cuidados de saúde, e evitar a estigmatização, exclusão e xenofobia. **Os Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos países de origem têm um papel importante a desempenhar em termos do apoio e protecção dos direitos dos trabalhadores migrantes.** Uma boa prática consiste nos “cartões consulares” emitidos pelos consulados da Nicarágua na Costa Rica, que permitem aos migrantes aceder ao ensino e cuidados de saúde e obter autorização de residência (Martin, 2011).

**As trabalhadoras domésticas, devido aos seus locais de trabalho ocultos e não regulados, precisam de protecção especial. A maior parte é constituída por mulheres e raparigas, sendo muitas delas trabalhadoras migrantes** (ITUC, 2010). A recentemente adoptada Convenção da OIT sobre Trabalhadoras Domésticas, bem como a correspondente Recomendação<sup>13</sup>, deve ser adequadamente reforçada para proteger esta força de trabalho “invisível”.

Existem também outros tipos de protecção, nomeadamente a divulgação, junto dos migrantes, de informação sobre procedimentos relativos à migração laboral numa língua do seu conhecimento, de forma que possam aceder a esta informação<sup>14</sup>, a regulamentação das agências privadas de recrutamento, a promoção de códigos de conduta para as agências de trabalho privadas que lidam com trabalhadores migrantes<sup>15</sup>, a criação de um quadro legislativo que

12 Para mais informações, consulte: <http://www.gfmd.org/en/documents-library/docs-protection-rights-empowerment.html>.

13 Para obter o texto da Convenção, consulte [http://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/100thSession/reports/provisional-records/WCMS\\_157836/lang--en/index.htm](http://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/100thSession/reports/provisional-records/WCMS_157836/lang--en/index.htm) e [http://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/100thSession/reports/provisional-records/WCMS\\_157835/lang--en/index.htm](http://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/100thSession/reports/provisional-records/WCMS_157835/lang--en/index.htm) para a Recomendação.

14 Alguns exemplos de boas práticas incluem os centros de recursos para imigrantes, tais como o Centro de Informação e Gestão da Migração ([CIGEM](#)), em Bamaco, no Mali, criado pela CE.

15 Tais como a Associação Queniana de Agências Privadas de Emprego (KAPEA).

permita salvaguardar os direitos dos trabalhadores migrantes e mecanismos de controlo e aplicação desta regulamentação, com o recurso ao desenvolvimento de competências e aprendizagens enquanto ferramentas de capacitação dos migrantes e de promoção da reunificação familiar para combater os impactos sociais negativos (OIM, OIT e OSCE, 2008).<sup>16</sup>

**A segurança social é outro aspecto importante da protecção e um incentivo ao regresso.** Poderão ser assinados acordos complementares em matéria de segurança social que abranjam a portabilidade de pensões, seguranças sociais e planos de saúde (OIM, OIT e OSCE, 2008). Um exemplo de boa prática é o acordo regional em matéria de segurança social por parte da CARICOM, que se destina a harmonizar a legislação sobre segurança social nos Estados-Membros (Secretariado da CARICOM, 2010).<sup>17</sup>

## 5.5 Políticas sensíveis à questão de género

As necessidades e realidades das mulheres e dos homens que migram podem ser muito díspares. Assim, **qualquer abordagem à mobilidade laboral deve ser baseada em dados discriminados por sexo e ter em conta os diferentes desafios que se colocam a homens e mulheres.** Por exemplo, no caso da África do Sul, um estudo concluiu que as trabalhadoras migrantes revelam uma maior probabilidade de trabalhar no sector informal e de realizar trabalho não qualificado. Esta situação tem consequências importantes na estabilidade do posto de trabalho. A natureza sazonal do trabalho pode também fazer com que as mulheres não sejam contabilizadas nas estatísticas. Os principais riscos podem também incluir a vulnerabilidade à infecção por VIH enquanto trabalhadoras temporárias no sector informal (Williams et al., 2011). As diferenças incluem também os padrões de envio de remessas (ONU Mulheres e OIM, 2010). Estes aspectos revelam que uma abordagem universal aos trabalhadores migrantes não pode assegurar a equidade e igualdade de género.

## 5.6 O desemprego entre os jovens, os mercados de trabalho informais e a criação de emprego

Em muitos países em desenvolvimento, cerca de metade da população tem idade inferior a 25 anos (PNUD, 2010). Muitos migrantes em países em desenvolvimento

---

<sup>16</sup> Para obter mais informações, consulte <http://iom.ch/jahia/Jahia/pid/2056>.

<sup>17</sup> Foi criado um modelo de legislação pelo Secretariado da CARICOM para apoiar a igualdade de tratamento dos residentes dos países do CARICOM. O acordo aplica-se aos trabalhadores de empresas transnacionais, aos trabalhadores embarcados ou em empresas de transportes internacionais, a pessoal do corpo diplomático, a agentes de organizações internacionais e a trabalhadores autónomos (Secretariado da Comunidade das Caraíbas, 2010).

são jovens e qualificados, mas, devido à crise económica e financeira mundial, o desemprego entre os jovens aumentou ainda mais (Byung-jin et al., 2010; ILO, 2010a). **O subemprego e a falta de emprego podem transformar a mobilidade numa oportunidade de prosseguir estudos e aprofundar qualificações, mas também numa necessidade se não existirem mais opções disponíveis.** Neste contexto, os jovens podem ser obrigados a recorrer a vias perigosas e a cair na criminalidade organizada transnacional, incluindo a imigração ilegal, o tráfico de pessoas e o recrutamento transfronteiriço para a participação em conflitos armados (UNOWA, 2006). O trabalho infantil é um problema decorrente do que precede, sendo as crianças vulneráveis ao tráfico e à exploração infantil. Garantir a segurança da migração de crianças com idade legal para trabalhar pode contribuir em grande medida para a sua protecção (van de Glind, 2010).

**O alto grau de informalidade de muitos mercados de trabalho exige abordagens distintas, uma vez que muitas estratégias de emprego parecem destinar-se ao sector laboral formal, bastante limitado.** A criação de emprego, o combate à corrupção e a criação de um ambiente propiciador das actividades produtivas, em particular para os jovens, é fundamental para tornar a mobilidade numa opção (UNOWA, 2006). A informação realista sobre os riscos da mobilidade pode ajudar a reduzir os efeitos negativos nos jovens levados pelos “mitos migratórios”. Os meios sociais e as ferramentas de comunicação podem ajudar os jovens a fazer escolhas fundamentadas (Casco, 2011). A participação do sector privado e de agentes não estatais, bem como a cooperação entre as instituições de ensino superior, podem ser ferramentas fundamentais, mesmo a nível regional.

**A migração, incluindo os movimentos irregulares, pode ser desencadeada pelo desemprego**

O comércio no quadro da Organização Mundial do Comércio é outra área que pode ajudar a promover a criação de emprego, o crescimento económico e o aumento do investimento estrangeiro directo. **O Modo 4 do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS)** permite a circulação temporária de pessoas singulares para a prestação de serviços. O Modo 4 pode ser utilizado para negociações dentro de cada região e nas regiões entre si para alargar o âmbito da circulação dos migrantes menos qualificados, uma vez que os mesmos representam a maioria nos países em desenvolvimento e muitos países carecem já de trabalhadores qualificados (Panizzon, 2010; Melde e Ionesco, 2011).






## 5.7 Promover redes e participação das diásporas no Sul

As relações transnacionais revelaram-se muito vantajosas para os migrantes em geral. **As redes sociais são uma forma de reduzir custos em termos de um melhor acesso a informação actualizada, fornecendo empréstimos para financiar a migração, oferecendo assistência à chegada e atenuando o impacto social da mobilidade.** Quanto maior for a rede, mais a mobilidade se tornará acessível também às franjas mais pobres da sociedade, obtendo-se assim um importante complemento às políticas de combate à pobreza (Murrugarra et al. 2011).

A circulação de capital humano e social e de competências entre os países em desenvolvimento ainda não foi reconhecida. A assistência social no terreno tem de incluir as diásporas residentes no Sul. A maior atenção dedicada à migração Sul-Norte tem menosprezado em grande medida o potencial dos membros da diáspora e dos respectivos contactos, bem como o envolvimento transnacional (Crush, 2011a). Este tema começa agora a gerar maior interesse.<sup>18</sup> Existe uma clara necessidade de assistência social no terreno e diálogo com as diásporas o Sul para permitir a troca e transferência de capital humano e social, de competências, ideias e tecnologia.






## 6. Questões para debate

---

-  Poderão os sistemas de migração laboral baseados nos padrões de migração Sul-Norte e Norte-Norte aplicar-se aos contextos Sul-Sul, com o seu alto nível de informalidade no mercado de trabalho?
-  Como poderão ser combatidos os problemas do desemprego e do subemprego através da mobilidade laboral?
-  Quais são as boas práticas de promoção de esquemas de migração laboral sensíveis à questão de género?
-  Como poderão a procura e a oferta dentro de cada região e entre dois países relacionar-se de uma forma mais eficaz?
-  A integração regional e a facilitação da liberdade de circulação de pessoas limitam a possibilidade de acesso à migração laboral, uma vez que os cidadãos nacionais não precisam de se registar quando se deslocam?

---

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, Chikanda, A., 2011. “The Engagement of the Zimbabwean Medical Diaspora” (“O envolvimento da diáspora médica no Zimbabué”, [Migration Policy Series No. 55](#), o Programa Sul-Africano para a Migração (SAMP), Idasa, Cidade do Cabo e o Centro de Investigação Sul-Africana, Universidade de Queens, Toronto. O Observatório da ACP prepara estudos sobre as diásporas nos países ACP a partir da Nigéria e do Quénia.

-  O conceito de migração circular é mais adequado à migração intra-regional no Sul do que a mobilidade Sul-Norte devido ao menor número de obstáculos (efectivos)?
-  A mobilidade laboral intra-regional deve ser promovida através de iniciativas regionais ou bilaterais? Quais são as oportunidades e desafios de ambas?
-  De que forma poderá a mobilidade de migrantes pouco qualificados ser melhorada? Quais são os países de destino no Sul que registam taxas demográficas reduzidas e em declínio?
-  De que forma poderão as trabalhadoras domésticas ser eficazmente protegidas? Quais são as boas práticas existentes?
-  De que forma se poderá abordar a questão da concorrência entre trabalhadores locais e estrangeiros, em particular no que se refere aos protestos sociais e às políticas destinadas a restringir a mão-de-obra dos cidadãos nacionais?

## 7. Bibliografia

---

### **Arab Labour Organization (ALO), IOM e Partners in Development (PiD) (eds.)**

- 2010 *Intra-regional Labour Mobility in the Arab World*. IOM, Cairo.  
[http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main\\_page=product\\_info&path=41\\_7&products\\_id=577](http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&path=41_7&products_id=577).

### **Assal, M.**

- 2010 'Highly-skilled Sudanese migrants: gain or drain?', *CARIM – AS 2013/13*, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, European University Institute, San Domenico di Fiesole (FI).  
<http://www.carim.org/HighlySkilledMigration>.

### **Avato, J., J. Koettl e R. Sabates-Wheeler**

- 2009 'Definitions, Good Practices and Global Estimates on the Status of Social Protection for International Migrants', *Social Protection and Labour Discussion Paper No. 0909*, the World Bank, Washington, D.C., <http://siteresources.worldbank.org/SOCIALPROTECTION/Resources/SP-Discussion-papers/Labor-Market-DP/0909.pdf>.

**Ayuso, A.**

- 2010 'Argentina and the Strengthening of Freedom of Movement within MERCOSUR', presentation at the Expert Roundtable on South-South Labour Migration, 22-23 November 2010. EuropeAid and International Centre for Migration Policy Development (ICMPD), Brussels, Belgium.

**Ba, H.**

- 2006 Labour Migration Statistics in West Africa. *International Migration Papers*, 79E, ILO, Geneva. <http://www.ilo.org/public/english/protection/migrant/download/imp/imp79.pdf>.

**Banco Mundial**

- 2010 *The Migration and Remittances Factbook 2011*, Migration and Remittances Unit, World Bank, Washington, D.C. <http://go.worldbank.org/QGUCPJTOR0>.

**Byung-jin, H. et al.**

- 2010 'Youth Employment in Crisis', *Discussion paper 201/2010*, ILO (International Institute for Labour Studies), Geneva.

**Casco, R.**

- 2011 'Effects of Labour Migration Policies on Young People', post of 31 May 2011 on the APYouthNet, An Asian Decent Work Decade Knowledge Network, ILO Regional Office for Asia and the Pacific, Bangkok. <http://ap-youthnet.lobkk.or.th/discussions/forums/the-effects-of-labour-migration-policies-on-young-people/947749722>.

**Clemens, M.**

- 2006 *Medical Leave: A New Database of Health Professional Emigration from Africa*, Working Paper No. 95, Centre for Global Development, Washington, D.C.

**Common Market for East and Southern Africa**

- 2011a E-COMESA newsletter. *Issue 286*. 18 March 2011. COMESA Secretariat Public Relations Unit, Libreville. [http://about.comesa.int/attachments/080\\_e-comesa\\_newsletter\\_286.pdf](http://about.comesa.int/attachments/080_e-comesa_newsletter_286.pdf).

- 2011b Report of the Ministers Responsible for Immigration. CS/LEG/MRI/IV/3Lusaka, 16-17 March 2011.

### **Comunidad Andina (CAN)**

- n.d. 'Decisión 545. Instrumento Andino de Migración Laboral', Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores, 25 de junio de 2003, Recinto Quirama, Colombia. <http://www.comunidadandina.org/normativa/dec/D545.htm>.

### **Comunidad das Caraíbas (CARICOM) Secretariado**

- 2010 'Social Security in CARICOM', CARICOM Secretariat, Georgetown.

### **Crush, J.**

- 2011a 'Diasporas in the South: Situating the African Diaspora in Africa', in: S. Plaza and D. Ratha (eds) *Diaspora for Development in Africa*. The World Bank, Washington, D.C.
- 2011b 'Labour Migration Trends and Policies in South Africa', Working Party on Migration, DELSA/ELSA/WP2(2011)9, 30 May 2011, Directorate for Employment, Labour and Social Affairs, Employment, Labour and Social Affairs Committee, OECD.

### **Deacon, B. et al.**

- 2011 'Globalisation and the emerging regional governance of labour rights', *International Journal of Manpower* 32 (3), pp. 334 – 365.

### **Gibson, J. e D. McKenzie**

- 2011 'How Can Developing Countries Governments Facilitate International Migration for Poverty Reduction?', in: Murrugarra, E., Larrison, J. and M. Sasin (eds.) *Migration and Poverty. Toward Better Opportunities for the Poor*. The World Bank, Washington, D.C., pp. 125 – 143.

**Holzmann, R. e Y. Pouget**

- 2010      Toward an Objective-Driven System of Smart Labor Migration Management. *Economic Premise*. No. 42, December 2010. Poverty Reduction and Economic Management Network (PREM) Vice-Presidency of the World Bank, Washington, D.C. <http://siteresources.worldbank.org/EXTPREMNET/Resources/EP42.pdf>.

**International Trade Union Confederation (ITUC)**

- 2010      *Decent Work, Decent Life for Domestic Workers: An Action Guide*. ITUC, Brussels. [http://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/ITUC\\_dwd\\_AnglaisWEB.pdf](http://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/ITUC_dwd_AnglaisWEB.pdf).

**Mac Andrew, S.**

- 2011      Media interview, July 2011. Caribbean Community Single Market and Economy, Specialist, Movement of Skills/Labour.

**Martin, I.**

- 2011      *Labour Market Information Systems and Labour Market Information in Six Developing Countries: The Challenge of Integration*. IOM Migration Research Series, forthcoming. IOM, Geneva.

**Melde, S. e D. Ionesco**

- 2011      *Integrating migration, development and remittances into the programme of action of the Fourth United Nations Conference on the Least Developed Countries (UNLDC-IV) 2011*. IOM, Geneva. [http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main\\_page=product\\_info&cPath=41\\_7&products\\_id=707](http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&cPath=41_7&products_id=707).

**Melde, S. e J. Schicklinski**

- 2011      'Remittances in the African, Caribbean and Pacific Countries', *Background Note No. 2*, March 2011. ACP Observatory on Migration/IOM, 2011. <http://www.acpmigration-obs.org/node/80>.



**Murrugarra, E., J. Larrison e M. Sasin (eds.)**

- 2011 *Migration and Poverty. Toward Better Opportunities for the Poor*. The World Bank, Washington, D.C.

**Observatório ACP das Migrações**

- 2011 Guide de recherche, <http://www.acpmigration-obs.org/node/1058>.

**Olivier, M.**

- 2009 'Regional Overview of Social Protection for Non-Citizens in the Southern African Development Community (SADC)', *Social Protection and Labour Discussion Paper No. 0908*, the World Bank, Washington, D.C., <http://siteresources.worldbank.org/SOCIALPROTECTION/Resources/SP-Discussion-papers/Labor-Market-DP/0908.pdf>.

**Organização dos Estados Americanos (OEA)**

- 2011 *International Migration in the Americas*. First Report of the Continuous Reporting System on International Migration in the Americas (SICREMI). OAS, Washington, D.C.

**Organização internacional do Trabalho (OIT)**

- 2010a *Global Employment Trends: January 2010*. ILO, Geneva.
- 2010b *International labour migration: A rights-based approach*. ILO, Geneva. <http://www.ilo.org/public/english/protection/migrant/>.

**Organização Internacional para as Migrações (OIM)**

- 2010 *The Future of Migration: Building Capacities for Change*. World Migration Report 2010. IOM, Geneva. [http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main\\_page=product\\_info&path=37&products\\_id=653&zenid=d48d34a6a29d2eea81af0a7217ce3300](http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&path=37&products_id=653&zenid=d48d34a6a29d2eea81af0a7217ce3300).

**OIM, OIT e Organisation pour la sécurité et la coopération en Europe (OSCE)**

- 2008 "Bilateral Temporary Labour Arrangements: Good Practices and Lessons Learnt", Analytical Paper, Follow-up on GFMD 2007 Roundtable 1.2. Available at <http://iom.ch/jahia/Jahia/pid/2056>.

**Ortiz Cornejo, C.**

- 2011 'Migraciones en la Comunidad Andina', 28 February 2011, Confederación Sindical de Trabajadores y Trabajadoras de las Américas (CSA), [http://www.csa-csi.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=6688&Itemid=236&lang=es](http://www.csa-csi.org/index.php?option=com_content&task=view&id=6688&Itemid=236&lang=es).

**Pacific Immigration Directors' Conference (PIDC)**

- n.d. Background briefing on the Pacific Island Countries Trade Agreement (PICTA) and the Temporary Movement of Natural Persons (TMNP) scheme.
- 2010 The Pacific Island Countries Trade Agreement (PICTA) and the Temporary Movement of Natural Persons (TMNP) scheme: An update for immigration directors.

**Panizzon, M.**

- 2010 'Trade and Labour Migration. GATS Mode 4 and Migration Arrangements', Dialogue on Globalization, *Occasional Papers*, No. 47, Friedrich-Ebert-Stiftung, Geneva.

**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**

- 2009 Overcoming barriers: Human mobility and development. Human Development Report 2009. UNDP, New York.

**Ratha, D. e W. Shaw**

- 2007 'South-South Migration and Remittances', *World Bank Working Paper*, Washington D.C.: Development Prospects Group, World Bank, <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1110315015165/South-SouthMigrationandRemittances.pdf>.

**Schachter, J.P.**

- 2009 *Data Assessment of Labour Migration Statistics in the SADC Region: South Africa, Zambia, Zimbabwe*. IOM, Pretoria. <http://www.iom.org.za>.

**Shitundu, J.M.**

- 2006 A study on labour migration data and statistics in East Africa. *International Migration Papers*, 81, ILO, Geneva. <http://www.ilo.org/public/english/protection/migrant/download/imp/imp81.pdf>.

**Skeldon, R.**

- 2010 'Managing migration for development: Is circular migration the answer?', [http://www.migration4development.org/sites/m4d.emakina-eu.net/files/Skeldon\\_2010\\_Managing\\_migration\\_for\\_development\\_-\\_is\\_CM\\_the\\_answer.pdf](http://www.migration4development.org/sites/m4d.emakina-eu.net/files/Skeldon_2010_Managing_migration_for_development_-_is_CM_the_answer.pdf).
- 2011 'China: An Emerging Destination for Economic Migration', *Migration Information Source*, Country Profiles, May 2011. MPI, Washington, D.C. <http://www.migrationinformation.org/USfocus/display.cfm?ID=838>.

**Touzenis, K., S. Yao Konan e S. N. Mohamed-Saleh**

- 2009 *Etude de synthèse des politiques migratoires et des cadres législatifs en matière de migration sur le continent africain*. OIM et CIGEM, Genève/Bamako.

**União Africana (UA)**

- 2006 *The Migration Policy Framework for Africa*. Executive Council, Ninth Ordinary Session, 25-29 June 2006, Banjul, The Gambia. EX.CL/276 (IX). AU, Addis Ababa.

**United Nations General Assembly (UN GA)**

- 2010 International migration and development, Report of the Secretary-General. A/65/203, Sixty-fifth session, Item 22 (c) of the provisional agenda, Globalization and interdependence, <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/470/04/PDF/N1047004.pdf?OpenElement>.

**United Nations Office for West Africa (UNOWA)**

- 2006 *Youth Unemployment and Regional Insecurity in West Africa*. UNOWA, Dakar, 2<sup>nd</sup> edition.

**United Nations Population Division of the Department of Economic and Social Affairs (UN DESA)**

- 2010     *World Population Prospects: The 2010 Revision*, <http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>.

**van de Glind, H.**

- 2010     'Migration and child labour. Exploring child vulnerabilities and those of children left behind', *Working Paper*, International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC), ILO, Geneva.

**Wickramasekara, P.**

- 2010     'Development, Mobility, and Human Rights: Rhetoric and Reality', *Refugee Survey Quarterly*, 28 (4), UNHCR, Geneva, pp. 165 – 200.
- 2011     'International migration of labour: The missing link in globalization', DOSSIER Transnationalismus und Migration, Heinrich-Boell-Stiftung: [http://www.migration-boell.de/web/diversity/46\\_2910.asp](http://www.migration-boell.de/web/diversity/46_2910.asp).

**Williams, J. et al.**

- 2011     'Redefining Migration: Gender and Temporary Labour Migration in South Africa', *Working Paper*, POP 2011-04, Population Program, Institute of Behavioral Science, University of Colorado Boulder, <http://www.colorado.edu/ibs/pubs/pop/pop2011-0004.pdf>.









**Observatório ACP das Migrações**

20, rue Belliardstraat (7º andar)  
1040 Bruxelas - Bélgica  
Tel.: +32 (0)2 894 92 30 - Fax: +32 (0)2 894 92 49  
ROBrusselsACP@iom.int - [www.acpmigration-obs.org](http://www.acpmigration-obs.org)



*Uma iniciativa do Secretariado ACP, financiada pela União Europeia,*

*implementada pela IOM e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA*

